

CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO - SOCIAL AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES OLAVO SILVA SOUZA - AME ITU CNPJ Nº 68.989.448/0008-57							
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)			
ATIVO	Nota	2.018	2.017	PASSIVO	Nota	2.018	2.017
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Saúde (Gestão Pública)	2.2(a)3	1.202.142,96	1.479.501,09	Fornecedores - Saúde (Gestão Pública)	6	1.710,50	2.932,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.202.142,96	1.479.501,09	Fornecedores		1.710,50	2.932,00
Outros Créditos - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	13.156,55	5.954,27	Obrigações Sociais - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	106.103,99	109.983,26
Outros Créditos		13.156,55	5.954,27	Obrigações Sociais		106.103,99	109.983,26
Estoque - Saúde (Gestão Pública)	2.2(b)4	43.575,32	39.132,00	Obrigações Fiscais - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	38.242,49	37.171,65
Estoque		43.575,32	39.132,00	Obrigações Fiscais		38.242,49	37.171,65
Despesas Antecipadas - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	27.030,24	29.715,90	Outras Obrigações - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (c)	2.672,90	-
Despesas Antecipadas		27.030,24	29.715,90	Outras Obrigações		2.672,90	-
Total do Ativo Circulante		1.285.905,07	1.554.303,26	Provisões Trabalhistas - Saúde (Gestão Pública)	2.2 (g)	353.462,28	316.311,87
				Provisões Trabalhistas		353.462,28	316.311,87
Ativo não Circulante				Total do Passivo Circulante		602.192,16	466.398,78
Imobilizado - Gestão Pública	2.2(e)5	1.046.210,20	1.066.460,87	Passivo não Circulante			
Depreciação Acumulada - Gestão Pública	2.2(e)5	(807.074,79)	(740.916,11)	Provisão para Contingências	7	250.344,56	257.114,29
Imobilizado Líquido - Saúde (Gestão Pública)		239.135,41	325.544,76	Total do Passivo não Circulante		250.344,56	257.114,29
Intangível - Gestão Pública	2.2(f)5	100.673,37	100.673,37	Patrimônio Líquido			
Amortização Acumulada - Gestão Pública	2.2(f)5	(98.478,87)	(97.049,70)	Patrimônio Social	2.2 (i)	1.159.958,62	1.671.889,87
Intangível Líquido - Saúde (Gestão Pública)		2.194,50	3.623,67	Supervêil / (Déficit) do Exercício	2.2 (h)	(385.260,36)	(511.931,25)
Total do Ativo Não Circulante		241.329,91	329.168,43	Total do Patrimônio Líquido		774.698,26	1.159.958,62
Total do Ativo		1.527.234,98	1.883.471,69	Total do Passivo		1.527.234,98	1.883.471,69

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)			
Descrição	Patrimônio Social	Resultado do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2016	1.448.130,27	223.799,60	1.671.889,87
Incorporação do Resultado do Exercício Anterior	-	(223.759,60)	-
Resultado do Exercício	-	(511.931,25)	(511.931,25)
Saldos em 31/12/2017	1.671.889,87	(511.931,25)	1.159.958,62
Incorporação do Resultado do Exercício Anterior	-	(511.931,25)	-
Resultado do Exercício	-	(385.260,36)	-
Saldos em 31/12/2018	1.159.958,62	(385.260,36)	774.698,26

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018			
1. CONTEXTO OPERACIONAL			
A Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - Ame Itu, qualificada como Organização Social de Saúde, é uma entidade civil de direito privado, filantrópica de fins não lucrativos, que tem como objetivo:			
I) Prestar assistência à saúde em geral e tantos quanto procurarem seus serviços, sem distinção de qualquer natureza, seja nacionalidade, credo político ou religioso;			
II) Prestar assistência social em geral, tanto para menores de creches e escolas maternas, quanto para adultos de asilos, albergues para moradores de rua e outros estabelecimentos afins;			
III) Oferecer tratamento adequado para dependentes de álcool e drogas em geral, com o objetivo de auxiliá-los na recuperação física e mental, reintegrá-los às suas comunidades e às suas famílias;			
IV) Prestar assistência à saúde dos portadores de distúrbios mentais para promover seu reequilíbrio e sua reinserção na comunidade;			
V) Desenvolver atividades educacionais, podendo manter estabelecimentos de ensino e oferecer campo de estágio;			
VI) Desenvolver a pastoral da saúde e			
VII) Destinar recursos financeiros e ou econômicos, inclusive mediante doação a entidades filantrópicas e ou simplesmente sem fins lucrativos, que mitem na área da saúde, da educação, da pastoral da saúde e ou da assistência social em geral desde que não utilize recursos e bens que forem repassados pelo Estado.			
Contratada através de Contratos de Gestão firmados com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo em 23/02/2010, renovado em 23/02/2015, assumiu as operacionalizações do AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES OLAVO SILVA SOUZA - AME ITU, visando desenvolver o programa de modernização de gestão de saúde no âmbito do Estado de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 04 de Junho de 1998. Estes contratos têm vigência de 5 anos a partir de sua assinatura, fixando as verbas orçamentárias a serem repassadas para custeio das operações.			
ORÇAMENTO 2018	ADITIVO DO CONTRATO	TOTAL REALIZADO 2018	
9.889.056,00	-	9.889.056,00	
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS			
2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
Na preparação de suas Demonstrações Contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, notadamente a ITG 2002 (R1) - Resolução 1409/2012, que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2.018 e 2.017.			
A preparação das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração realize estimativas e adote premissas que afetem os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa.			
2.2 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS			
a. Caixa e Equivalentes de Caixa			
Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em instituição de primeira linha.			
As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis sem perda do valor.			
b. Estoques			
Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado.			
c. Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes			
Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.			
d. Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos			
A entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2.018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.			
e. Ativo Imobilizado Gestão Pública			
Registrados ao custo de aquisição e deduzido de depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado.			
Resaltamos que todos os bens móveis e imóveis adquiridos através de doações ou comprados com verbas de custeio ou investimentos, pertencem ao poder público (Governo do Estado de São Paulo), conforme Contrato de Gestão.			
f. Ativo Intangível Gestão Pública			
O Intangível reflete os custos com direitos de uso de software e estão sendo amortizados à taxas lineares.			
g. Provisões			
As provisões são reconhecidas quando: (I) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (II) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (III) o valor possa ser estimado com segurança.			
h. Apuração do resultado do exercício			
As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência.			
Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pela Entidade e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em contrato.			
Os valores recebidos e empregados são provenientes de contratos de gestão e convênio com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e são registrados da seguinte forma: Receita Verba de Custeio, Outras Receitas Operacionais e Receitas Financeiras.			
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.			
As doações não especificadas são registradas diretamente no resultado como receita de doações.			
i. Patrimônio Líquido			
O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos resultados apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.			
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
	2.018	2.017	
Caixa Geral	1.500,00	1.500,00	
Contas Correntes - Bancárias	1.765,58	271,00	
Aplicações Financeiras	1.198.877,38	1.477.730,09	
	1.202.142,96	1.479.501,09	
4. ESTOQUES SAÚDE (GESTÃO PÚBLICA)			
	2.018	2.017	
Drogas e Medicamentos	4.724,65	3.890,86	
Material Médico Hospitalar	20.302,94	14.401,34	
Gêneros Alimentícios	2.196,98	1.843,57	
Material de Manutenção	1.551,79	5.028,49	
Produtos e Materiais de Limpeza	1.863,42	2.273,15	
Impressos e Materiais de Expediente	5.686,00	4.897,64	
Material de Informática	3.261,78	4.430,46	
Material e Equipamento de Segurança	862,26	787,99	
Utensílios Diversos	3.125,30	1.596,50	
	43.575,32	39.132,00	
Itu, 31 de Dezembro de 2018.			
Antônio Mendes Freitas Presidente	Lilam Gomes da Silva Diretora Administrativa	Cristine M. Otani Meccis Contadora CRC 1SP 240.011/O-8	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)			
	Nota	2.018	2.017
Receita com Saúde (Gestão Pública)			
Receita Verba de Custeio - Secretaria Estadual de Saúde	1	9.889.056,00	9.601.032,00
(+) Total de Receitas com Saúde (Gestão Pública)		9.889.056,00	9.601.032,00
Custos			
Custos com Saúde (Gestão Pública)		(1.887.259,40)	(1.810.695,72)
Custos com Pessoal (C.L.T.)		(4.167.705,02)	(4.156.386,54)
Custos com Serviços de Terceiros		(293.747,86)	(297.063,38)
Custos com Materiais e Medicamentos		(88.241,04)	(91.810,69)
Custos Gerais		(4.399,00)	(3.369,25)
Custos com Impostos, Taxas e Contribuições		(6.461.352,32)	(6.359.325,58)
(+) Total de Custos com Saúde (Gestão Pública)	13	(6.461.352,32)	(6.359.325,58)
(+) Supervêil Bruto		3.427.703,68	3.241.706,42
Despesas com Saúde (Gestão Pública)			
Despesas com Pessoal (C.L.T.)		(2.293.280,48)	(2.199.631,90)
Despesas com Serviços de Terceiros		(1.268.577,78)	(1.223.951,46)
Despesas com Materiais		(163.714,89)	(159.458,37)
Despesas Gerais		(195.835,88)	(197.894,10)
Despesas com Impostos, Taxas e Contribuições		(2.312,91)	(3.832,43)
Despesas com Provisões para Contingências		(42.579,53)	(172.940,28)
(+) Total das Despesas com Saúde (Gestão Pública)	13	(3.936.301,47)	(3.957.706,63)
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais			
Outras Receitas Operacionais		22.366,90	15.804,21
Outras Despesas Operacionais		(4.307,88)	-
(+) Total de Outras Receitas e Despesas Operacionais		18.059,02	15.804,21
(+) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas		(490.538,77)	(700.198,00)
(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas com Saúde (Gestão Pública)			
Receitas Financeiras		110.186,14	193.258,44
Despesas Financeiras		(4.907,73)	(4.991,69)
(+) Resultado Financeiro		105.278,41	188.266,75
(+) Supervêil / (Déficit) do Exercício	2.2(h)	(385.260,36)	(511.931,25)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS)			
	2.018	2.017	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(385.260,36)	(511.931,25)	
Resultado do Exercício: Supervêil / (Déficit)	-	-	(511.931,25)
Ajustes:			
Aumento Depreciações e Amortizações			
(+) Depreciação Acumulada	66.158,68	86.936,36	3.120,75
(-) Amortização Acumulada	(317.672,51)	(421.874,14)	(42.814,14)
Redução / (Aumento) de Outros Créditos			
Redução / (Aumento) de Estoques	(4.443,32)	(1.184,77)	(639,08)
Redução / (Aumento) de Despesas Antecipadas	2.685,66	(3.127,21)	(2.437,55)
(Redução) / Aumento de Fornecedores	(1.221,50)	2.932,00	2.932,00
(Redução) / Aumento de Obrigações Sociais	(3.879,27)	13.971,27	13.971,27
(Redução) / Aumento de Obrigações Fiscais	1.070,84	4.155,19	4.155,19
(Redução) / Aumento de Outras Obrigações	2.672,90	-	-
(Redução) / Aumento de Provisões Trabalhistas	37.150,41	(3.248,73)	(3.248,73)
(Redução) / Aumento do Exigível não Circulante	(6.769,73)	(19.045,68)	(19.045,68)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(297.608,80)	(289.969,85)	(289.969,85)
(Aquisição) / Base do Ativo Imobilizado - Gestão Pública	20.250,67	(16.385,09)	(16.385,09)
Caixa Líquido Proveniente dos Investimentos	20.250,67	(16.385,09)	(16.385,09)
Aumento / Diminuição Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(277.358,13)	(306.354,94)	(306.354,94)
Demonstração do Aumento / Diminuição Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	1.479.501,09	1.785.856,03	
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	1.202.142,96	1.479.501,09	
Varição Líquida das Disponibilidades	(277.358,13)	(306.354,94)	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2018

Aos administradores da

CRUZADA BANDEIRANTE SÃO CAMILO ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL - AMBULATORIO MEDICO DE ESPECIALIDADES OLAVO SILVA SOUZA - AME ITU
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - Ame Itu, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2.018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - Ame Itu, em 31 de dezembro de 2.018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - Ame Itu de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - Ame Itu ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico-Social - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - Ame Itu são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de Março de 2019.

9. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
A instituição era portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social - CEBAS / Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria MS nº 435, de 16 de Maio de 2.012. O Processo de renovação do certificado da entidade nº 710.10.004137/2009-17 foi deferido em 01 de Outubro de 2.014, com validade até 31/12/2014. Em 16/12/2014 foi protocolado o Processo de Renovação nº 25000.236906/2014-03 e em 01/12/2017 foi enviado eletronicamente o Processo de Renovação protocolado sob nº 25000.481072/2017-23 que teve seu indeferimento publicado no Diário Oficial da União pela Portaria nº 1632 de 11/10/2018.			
10. ISENÇÕES USUFRUÍDAS			
A Entidade deixou de demonstrar o cálculo da COFINS e CSLL, devido a verba transitada originar-se de Contrato			